

Câmara aprova programa para dívida dos estados

Proposta prevê parcelamento do débito em até 30 anos

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (10), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). O texto foi aprovado por 413 votos favoráveis e apenas 4 contrários e promove a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, permitindo a cessão de créditos tributários e imóveis como entrada e parcelamento em 30 anos. O texto aprovado é um projeto substitutivo do relator da proposta, deputado Doutor Luizinho (PP-RJ), e portanto retorna para análise do Senado Federal. Como, porém, a proposta original é do próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a expectativa é de votação rápida, talvez ainda esta semana.

A votação do PLP 121 era esperada em decorrência da forte presença de governadores que se reuniram nesta terça-feira para a 16ª edição do Fórum Nacional de Governadores, em Brasília. Durante a sessão no plenário da Casa, o governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL), um interessado na proposta, acompanhou presencialmente a sessão.

De acordo com dados do governo federal, em março, as dívidas das unidades da federação somam R\$ 740 bilhões. E desse total, 90% do valor está concentrada em cinco estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e, principalmente, Minas Gerais.

Propag

O Propag abrange as dívidas renegociadas desde a década de 1990, até medidas mais recentes, como a Lei Complementar 159/17, que instituiu o



Cláudio Castro acompanhou de perto aprovação do projeto que beneficia o Rio

Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para os entes mais endividados. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança. Além disso, os estados terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias.

O programa autoriza descontos nos juros e dá o prazo de 30 anos para pagamento, com a adesão definida até dezembro de 2025. Todavia, o texto impõe restrições, como a contratação de novas operações de crédito pelo estado para o pagamento das parcelas da dívida, e o risco de exclusão do programa em caso de inadimplência.

A correção monetária será feita por meio da inflação oficial (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) acrescida de uma taxa de juros, que vai variar de zero a 2% ao ano. A proposta prevê várias combinações possíveis, dependendo da amortização inicial.

“Em nosso entendimento, a proposta promove a revisão dos

termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal, criando condições que viabilizam a recuperação fiscal dos entes, ao mesmo tempo que permite o incremento dos investimentos em áreas sensíveis como educação e infraestrutura. A proposição também é benéfica para a União porque, ao viabilizar negociações vantajosas para ambas as partes, dívidas que hoje estão suspensas voltarão a ser adimplidas”, declarou o relator, Dr Luizinho.

Discussão

Durante a sessão, o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) se manifestou contrário à medida, criticando o tópico que trata das negociações das dívidas desde os anos 1990. “Desde o governo Fernando Henrique [Cardoso], aprova-se o afrouxamento dos critérios de pagamento das dívidas dos estados. Os estados não concedem as contrapartidas, o Congresso Nacional perdoa, e mais uma vez os estados dão calote e nunca fazem a lição de Casa. Isto é um incentivo para a irresponsabilidade fiscal

Mario Agra/Câmara dos Deputados

dos estados. É popular, auxilia todos os estados que têm dívidas. Ninguém quer pagar suas dívidas. Mas o fato é que isso incentiva um risco moral de os estados se endividarem cada vez mais, e isso ir para conta da União”, argumentou Kataguiri.

Apesar de ter votado favorável a proposta, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) também citou críticas ao projeto, argumentando que considera a medida insuficiente. Todavia, assim como diversos parlamentares que votaram favoráveis ao texto, consideraram que o PLP é “melhor do que nada”.

“Eu acho um erro esse projeto de recuperação sem alterar o estoque da dívida. O estoque da dívida tinha que ter um redutor, porque nós vamos comprometer os estados. Vamos retirar dinheiro dos estados para pagar uma dívida que, na minha opinião, é injusta que a União cobre. Ela é fruto de um acordo de IPCA mais 4% [de juros ao ano] que, na minha avaliação, é agiotagem. Estado não é produtor de riqueza, são arrecadadores de parte da riqueza”, afirmou.

Senado deve votar nesta quarta projeto da reforma tributária

Por Karoline Cavalcante

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) realizou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta terça-feira (10), a leitura do seu relatório do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que trata da regulamentação da reforma tributária. Ao presidir a reunião, na ausência do presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), o senador Renan Calheiros (MDB-AL), concedeu vista coletiva — maior tempo para análise — de 24 horas para os parlamentares do colegiado.

“O texto apresentado é fruto do trabalho intenso de minha parte e de toda equipe, e vem para garantir mais segurança jurídica, simplificação, combate a sonegação fiscal, redução do contencioso jurídico e tributário”, afirmou Braga.

O senador Izalci Lucas (PL-DF), por sua vez, criticou o tempo estabelecido para analisar o projeto. Segundo ele, o documento também deveria ser submetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que realizou um grupo de trabalho, cujo relator foi ele, sobre o tema. “Como é que vamos analisar em 24 horas uma matéria com duas mil emendas, sendo 600 emendas acatadas, e um relatório de



Projeto relatado por Braga deve ser votado hoje

586 páginas? Não tem sentido isso”, disse Izalci.

Mesmo dia

Apesar dos protestos, a votação, então, fica prevista para acontecer na CCJ na quarta-feira (11). Se aprovado na comissão, o texto segue no mesmo dia para análise do plenário do Senado. O objetivo é enviar o projeto até o início da próxima semana para a Câmara dos Deputados, para que a Casa também tenha tempo de deliberar e concluir tudo ainda este ano.

Entre os principais pontos do texto estão a inclusão de armas e munições no imposto seletivo, salvo se destinadas às

Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública; a inclusão de despesas com telecomunicações no cashback, que permitirá a devolução parcial ou integral do imposto pago para famílias de baixa renda; a manutenção dos itens da cesta básica, incluindo carnes e queijo; o aumento da faixa de isenção de aluguéis de bens imóveis para 70%.

Além disso, o relatório reforçou o dispositivo que, por meio de uma trava, estabelece a obrigação de, a partir de 2033, a obrigatoriedade do cumprimento da alíquota padrão para até 26,5%. Caso a alíquota fure o teto, o Poder Executivo preci-

sará encaminhar um PLP junto ao Comitê Gestor do IBS propondo medidas de diminuição da carga tributária. Em coletiva de imprensa realizada após a divulgação do relatório, Eduardo Braga, afirmou que o impacto das medidas será de 0,13 ponto percentual sobre a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

“Todas as mudanças do Senado representam 0,13% de impacto. E o aperfeiçoamento que fizemos na simplificação e na segurança jurídica me leva a crer que teremos uma redução brutal na sonegação e no contencioso tributário. A redução na alíquota padrão será muito maior do que 0,13%”, disse o relator.

Adiamento

O parecer foi publicado nesta segunda-feira (9), data também definida para a apresentação. Porém, o vice-presidente da CCJ, senador Marcos Rogério (PL-RO), anunciou o cancelamento da sessão alegando a “absoluta ausência de quórum”. Segundo ele, apenas seis dos 14 senadores necessários para a deliberação estavam presentes na sessão. O adiamento já teve relação com o clima de insatisfação política no Congresso como reação à questão da liberação das emendas orçamentárias.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lula em solenidade, horas antes de ser internado

Cirurgia em Lula assusta PT, de olho em 2026

A cirurgia de emergência a que Lula foi submetido assustou o PT — não apenas pelo carinho pelo presidente, mas por contar com ele para a disputa pela reeleição em 2026.

Um deputado petista ouvido pelo Correio Bastidores diz que, no partido, ninguém pensa em outro candidato que não seja Lula. Não há sequer políticos que insinuem sua própria disposição de

concorrer: “Ninguém ouso botar a cara”, afirma.

Um detalhe importante é que, em março de 2008, a mais de dois anos da eleição de 2010, Lula já demonstrava sua preferência por Dilma Rousseff, sua então ministra da Casa Civil. Ele, que começou a chamá-la de “Mãe do PAC”, não poderia disputar a reeleição por estar no segundo mandato consecutivo.

Lançamento

Em outubro de 2008, o ministro da Justiça, Tarso Genro, anunciou numa entrevista que Dilma fora escolhida por Lula para sucedê-lo. No mês seguinte, em Roma, durante entrevista a cinco jornais italianos, o presidente anunciou que a ministra seria a sua candidata.

Disposição

Faltam menos de dois anos para a eleição, e não há, por parte de Lula, qualquer movimento parecido. Segundo o parlamentar ouvido pela coluna, na semana passada o presidente, de 79 anos, continuava demonstrar muita vontade de tentar um novo mandato.



Ator precisou ser submetido a duas cirurgias

Caso do presidente é parecido com o de Tony Ramos

Um neurocirurgião ouvido pelo Correio Bastidores comparou o caso de Lula com o do ator Tony Ramos que, em maio, precisou ser submetido a duas cirurgias para tratar um hematoma subdural, quando há acúmulo de sangue entre o cérebro e o crânio.

Esses problemas geralmente ocorrem devido

a uma queda e são mais comuns entre idosos e alcoólatras, mais propensos a perder o equilíbrio. Segundo ele, a chance de cura é muito grande.

Outro médico frisou que, com a idade, o cérebro diminui de tamanho, o que gera mais espaço para o acúmulo de sangue, uma situação favorável ao paciente.

Sem pressão

Isso porque o sangue acaba armazenado nesse vão e não comprime o cérebro — diferentemente do que ocorre com pessoas mais jovens. A ausência de pressão é que gera uma demora no aparecimento de sintomas, como no caso ocorrido com o presidente Lula.

AGU banca

O governo confia que conseguirá driblar exigências do Supremo Tribunal Federal e pagar as emendas. A saída é a Advocacia-Geral da União interpretar de maneira favorável as decisões e assumir a responsabilidade: funcionários da Receita temem ser acusados de transgredir as normas.

Soma

O CEsSec, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, analisou dados sobre gastos com a guerra às drogas em cinco estados e no Distrito Federal. Somou custos com polícia, Ministério Público, Defensoria, justiça e sistemas penitenciário e sócioeducativo.

Resultado

Chegou à conclusão que, no ano passado, nessas seis unidades da federação, foram gastos R\$ 7,7 bilhões só com ações ligadas à implantação da Lei de Drogas. O resultado, como sabemos, é pífio. Os estados são Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.